

## Regimes do dizível: Análise discursiva da cobertura midiática brasileira sobre o conflito Israel x Palestina

João Pedro Rangel <sup>1</sup>

Fábio Ciquini <sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo analisa como a mídia brasileira produz regimes de sentido que desumanizam o povo palestino na cobertura do conflito Israel x Palestina. A partir de uma trajetória teórica inspirada em Foucault, o trabalho desloca o foco da “veracidade dos fatos” para as condições discursivas que permitem que certos enunciados circulem, ganhem autoridade e se naturalizem. Assim, a pesquisa investiga como práticas jornalísticas reiteram categorias como “terrorismo”, “ameaça” e “guerra”, configurando um campo discursivo que hierarquiza vidas, limita possibilidades de fala e molda o imaginário público. Por meio da análise de telejornais, transmissões ao vivo e escolhas editoriais, o estudo mostra como a mídia organiza visibilidades e silenciamentos, produzindo assimetrias entre quem aparece como sujeito de sofrimento e quem aparece como sujeito de perigo. A pesquisa conclui que esses discursos não apenas informam, mas operam como tecnologias políticas de construção da alteridade, participando ativamente da produção de realidades e dos modos pelos quais certas populações são autorizadas — ou não — a existir plenamente no espaço público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desumanização; Análise discursiva; Israel x Palestina; Orientalismo; Genocídio

### 1. INTRODUÇÃO

O conflito entre Israel e Palestina não se limita a mapas, fronteiras ou confrontos armados; ele se estende à linguagem, aos gestos simbólicos e às narrativas que definem quem é percebido como legítimo e quem é reduzido à ameaça. A mídia, ao mesmo tempo em que informa, também molda percepções e constrói mundos possíveis, filtrando o que é visível,

<sup>1</sup>João Pedro Rangel é estudante do 3º ano do curso de Jornalismo e pesquisador do Centro Interdisciplinar de Pesquisa, CIP, da Faculdade Cásper Líbero. Email: joaorangel.contato@gmail.com

<sup>2</sup> Fábio Ciquini é doutor em Comunicação e semiótica pela PUC SP. Docente do curso de Jornalismo. Email: fhciquini@casperlibero.edu.br

destacando certas vozes e silenciando outras. O que chega ao público não é apenas um registro de acontecimentos, mas um arranjo cuidadosamente construído de sentidos, valores e hierarquias, no qual realidade e interpretação se entrelaçam de forma indissociável. Nesse cenário, a desumanização não surge do acaso, mas de estruturas de poder históricas, institucionais e culturais. É nesse espaço que os discursos moldam subjetividades e definem fronteiras entre o humano e o perigoso, entre o legítimo e o ilegítimo, entre aquilo que pode ser pensado e aquilo que permanece inaudível. A análise crítica dessas narrativas requer ferramentas capazes de revelar as regras silenciosas que governam o dizível, as regularidades que tornam certas unidades significativas e os dispositivos que constroem objetos e categorias de entendimento.

Michel Foucault oferece um guia essencial para essa investigação, com sua atenção às regras de formação do discurso e às condições históricas que tornam certos enunciados possíveis. Edward Said, por sua vez, ilumina como tradições históricas e imaginários culturais moldam percepções e naturalizam desigualdades, lembrando que representações não surgem no vazio, mas carregam séculos de construções simbólicas. Giorgio Agamben complementa esse panorama ao mostrar que a exclusão e a vulnerabilidade não são apenas simbólicas, mas também políticas, inseridas em lógicas de soberania que definem quem está protegido e quem permanece à margem.

Assim, o que se apresenta como notícia ou informação torna-se um campo de batalha de sentidos, no qual a construção da ameaça, da legitimidade e da moralidade é cuidadosamente articulada. Cada palavra, cada imagem, cada omissão contribui para um quadro mais amplo de poder simbólico, capaz de moldar a percepção coletiva, consolidar estereótipos e reforçar desigualdades. A cobertura midiática do conflito, portanto, não é apenas um registro ou uma reflexão da realidade; é um instrumento ativo na sua configuração, um espaço em que a história, a cultura, a política e o imaginário se encontram e se transformam.

Investigar esse campo exige mais do que uma análise de conteúdo superficial: é preciso perscrutar as estruturas que produzem sentido, compreender as forças que selecionam narrativas, distinguir entre o que é apresentado como natural e o que é construído, e reconhecer que cada decisão editorial participa de um dispositivo mais amplo de poder e conhecimento. É nesse território que a crítica se torna urgente, permitindo não apenas

compreender o conflito, mas também questionar os modos pelos quais somos convidados a vê-lo, senti-lo e julgá-lo.

## 2. O CONCEITO DE DISCURSO E A GENEALOGIA FOUCAULTIANA

Ao se propor uma investigação sobre a desumanização na cobertura midiática brasileira do conflito Israel-Palestina, é inevitável retornar ao conceito de discurso formulado por Michel Foucault. Mais do que uma simples categoria teórica, o discurso constitui, em sua obra, uma chave metodológica: ele não deve ser compreendido como um reflexo da realidade ou como mera transmissão de ideias, mas como uma prática que estrutura as condições de visibilidade, dizibilidade e aceitabilidade de enunciados. Como afirma Foucault:

“Não se trata de tratar os discursos como conjuntos de signos (de elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2008, p. 56).

É nesse sentido que a análise do discurso não se limita à identificação de conteúdos explícitos, mas busca compreender as regras históricas que autorizam certas formas de falar e, ao mesmo tempo, interditam outras. Para Foucault, os discursos não são apenas veículos neutros de informação: eles são práticas produtoras de regimes de verdade. Cada sociedade, afirma o autor, estabelece os procedimentos que permitem distinguir o verdadeiro do falso, autorizando instituições a validar determinadas narrativas enquanto marginaliza outras. Em suas palavras:

“Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 2012, p. 12).

Essa dimensão política do discurso é central para compreender como, no jornalismo, certas representações se consolidam como “objetivas” ou “naturais”, enquanto outras são sistematicamente desqualificadas. Assim, quando a cobertura midiática caracteriza o palestino como “radical” ou “ameaça”, não está apenas relatando um evento, mas reinscrevendo-o dentro de um campo de possibilidades discursivas que já circunscrevem sua inteligibilidade.

A genealogia, enquanto método, radicaliza esse olhar. Diferente de uma história linear e progressiva, a genealogia procura rastrear as condições históricas e os acasos que

permitiram a emergência de certos discursos, sem pressupor origem ou essência. Trata-se de investigar não “o que é” o discurso da desumanização, mas “como” e “sob quais condições” ele se tornou possível.

Nesse sentido, a genealogia se volta aos pontos de ruptura, às descontinuidades e às relações de força que se sedimentam em regimes de enunciação. Como destaca Foucault:

“O discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou encobre) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e, uma vez que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

O objetivo não é encontrar a “primeira vez” em que a desumanização apareceu na mídia, mas compreender a rede histórica que a sustenta, articulando práticas jornalísticas, dispositivos políticos, contextos internacionais e saberes disciplinares. Esse enfoque é particularmente relevante quando se trata de analisar conflitos armados. A linguagem jornalística, aparentemente neutra, está imersa em formações discursivas que delimitam não apenas os vocábulos possíveis, mas também os enquadramentos narrativos legítimos.

A genealogia permite observar como esses enunciados emergem de uma constelação de forças históricas: desde a tradição colonial de representação do Oriente, analisada por Edward Said (2007), até as lógicas contemporâneas de segurança que operam sob o signo do “estado de exceção”, como descreve Giorgio Agamben (2004). Assim, o método foucaultiano não exclui, mas dialoga com outras perspectivas críticas, permitindo que a análise articule o nível discursivo à dimensão histórica e política.

O discurso, portanto, não é apenas aquilo que traduz lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por onde, e pelo que se luta. A célebre afirmação foucaultiana ganha centralidade aqui: disputar o discurso é disputar as condições de produção da verdade. O jornalismo, ao naturalizar certas representações — como a do palestino reduzido à figura do terrorista — participa de um dispositivo de poder que não se limita à circulação simbólica, mas incide diretamente sobre a vida. É nesse ponto que a articulação com Agamben torna-se fecunda: ao determinar quem é inteligível como vítima e quem aparece como ameaça, o discurso midiático contribui para traçar as fronteiras entre vidas passíveis de proteção e vidas que podem ser expostas à morte sem escândalo.

Mas a genealogia não se contenta em denunciar: ela busca, sobretudo, abrir o arquivo e expor suas regras internas. No caso da cobertura midiática, trata-se de compreender os critérios de seleção, a hierarquia das fontes, os modos de narrar a violência e os silêncios que estruturam o relato. Cada notícia, cada imagem e cada estatística não é apenas uma informação, mas um enunciado que carrega marcas de um regime discursivo mais amplo. Como afirma Foucault:

“Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos”  
(FOUCAULT, 1996, p. 55).

A genealogia permite iluminar essas condições subterrâneas, mostrando que a desumanização não é acidente, mas efeito necessário de um campo discursivo que se pretende neutro. Assim, investigar o discurso midiático brasileiro sobre Israel e Palestina implica tratá-lo como prática regulada, inscrita em um campo de poder-saber. O jornalismo não cria suas narrativas: ele se ancora em tradições discursivas que vão do orientalismo — que opõe civilização e barbárie — às doutrinas de segurança que hierarquizam vidas. O recurso à genealogia é, portanto, a escolha metodológica que permite não apenas descrever a superfície dos enunciados, mas compreender os dispositivos históricos que possibilitam a persistência da desumanização no presente.

### **3. ARQUIVO, ENUNCIADO E AS CONDIÇÕES DA DESUMANIZAÇÃO**

Ao avançarmos na análise da cobertura midiática brasileira do conflito Israel-Palestina, é fundamental deslocar o olhar para o modo como os discursos se organizam, se repetem e se legitimam. Michel Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2008), introduz a noção de arquivo não como simples depósito de documentos ou acervo material, mas como sistema de enunciabilidade que define “a lei do que pode ser dito” (FOUCAULT, 2008, p. 146). O arquivo não reúne apenas os discursos efetivamente proferidos, mas estabelece o espaço de possibilidade para sua emergência.

Essa dimensão regulatória é central para compreender os efeitos de desumanização. Foucault insiste que o discurso não é mera transmissão de significados, mas prática que institui realidades: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por onde, e pelo que, se luta” (FOUCAULT, 1979, p. 10). Nesse sentido, quando o noticiário descreve determinados atores como “terroristas” ou “ameaças”,

não está apenas informando: está reinscrevendo-os em um regime discursivo que circunscreve sua inteligibilidade.

A noção de enunciado, também desenvolvida em *A Arqueologia do Saber*, ajuda a refinar essa leitura. Para Foucault, o enunciado não se confunde com a frase, a proposição ou o ato de fala; ele é uma função de existência que vincula uma formulação a condições específicas de possibilidade (FOUCAULT, 2008, p. 103).

Edward Said, em *Orientalismo* (2007), demonstra que a representação do Oriente no Ocidente não é neutra, mas constitui-se historicamente como um discurso de poder, capaz de definir e controlar o que é reconhecido como real, legítimo ou racional. Segundo Said, “o Oriente era quase uma invenção de categorias culturais e políticas do Ocidente, servindo para consolidar hierarquias e justificar intervenções” (SAID, 2007, p. 43). Essa construção repercute no presente: a cobertura midiática que insiste em narrar o palestino como irracional ou violento não é um reflexo espontâneo da realidade, mas uma continuidade dessa tradição discursiva, na qual estereótipos consolidados moldam percepções e expectativas sobre grupos inteiros. Quando se fala da mídia como uma construção social que serve para dar sentido à vida cotidiana, acredita-se que ela se trata de um espaço que possibilita, por meios das representações, uma construção da dicotomia entre o “nós” e os “outros”. As representações midiáticas auxiliam nessa diferenciação a partir da realidade social, política e histórica que permeia suas produções. (ELEUTÉRIO; PARREIRA, 2018)

Em *A Questão Palestina* (SAID, 2012), o autor evidencia como esses discursos têm efeitos políticos concretos. Ao reduzir os palestinos a categorias de ameaça ou desordem, a narrativa midiática contribui para a marginalização sistemática e para a legitimação de práticas de exclusão e violência, incluindo a justificativa simbólica de massacres e restrições de direitos. Said afirma que “o palestino foi transformado, pelo discurso dominante, em um objeto de desconfiança e suspeita permanente, cuja humanidade era constantemente questionada” (SAID, 2012, p. 52). Essa construção funciona como um regime de verdade, no sentido foucaultiano, ao determinar quais palavras, imagens e categorias são reconhecidas como legítimas, e quais são contestadas ou invisibilizadas (FOUCAULT, 2008, p. 146). Termos repetidos e naturalizados na mídia, tornam-se instrumentos de poder, moldando percepções políticas e sociais sobre os palestinos, ao mesmo tempo que consolidam a narrativa de Israel como legítimo, civilizado e protegido.

No caso da Palestina, essa articulação discursiva revela-se particularmente grave: a população é retratada de maneira a reduzir sua agência e humanidade, enquanto Israel é construído como bastião da ordem e da civilização. Said (2012, p. 58) observa que “a negação da plena humanidade do palestino permite que o conflito seja interpretado como problema de segurança e não como crise de direitos humanos”. Dessa forma, o discurso midiático, ao alinhar-se à tradição orientalista e consolidar regimes de verdade, transforma-se em ferramenta de legitimação da desigualdade estrutural, preparando o terreno para a análise de Agamben sobre o estado de exceção e mostrando como certas vidas podem ser expostas à violência sem retaliação efetiva (AGAMBEN, 2004, p. 24-36).

A interlocução com Giorgio Agamben é igualmente fecunda. *Em Estado de exceção* (2004), o filósofo argumenta que a política contemporânea frequentemente se organiza pela suspensão seletiva da lei, que divide vidas entre aquelas dignas de proteção e aquelas que podem ser abandonadas à morte. Nesse sentido, como aponta Teshainer (2011, p. 126), “a desumanização na política contemporânea consiste em desqualificar, por meio da linguagem, esse olhar do outro, tornado todo diferente inexistente como humano, como uma vida matável, sacrificável, que não tem nenhuma humanidade.” O discurso midiático participa desse dispositivo ao determinar quem aparece como vítima legítima e quem emerge como ameaça inassimilável.

O programa *Fantástico*, exibido pela Rede Globo em 14 de janeiro de 2024, apresentou uma reportagem sobre os cem dias da guerra entre Israel e o Hamas. No material, o conflito é introduzido a partir de uma narrativa que o define como consequência direta dos ataques do grupo palestino em 7 de outubro, reproduzindo a cronologia e o enquadramento israelenses. A seguir, transcreve-se o trecho da locução do programa:

“A guerra entre Israel e o Hamas, que começou com o sequestro de mais de 200 israelenses, completou hoje 100 dias. Cento e trinta pessoas ainda continuam vivas nas mãos dos terroristas e mais de 25 mil já morreram no conflito. Não há perspectiva de paz nem fim, 100 dias depois dos ataques terroristas do Hamas, que deixaram 1.200 mortos no sul de Israel e do início da guerra em Gaza, que deixou mais de 24 mil mortos no território palestino. Os confrontos continuam e aumentou o risco de ampliação do conflito para outros países da região.” (*FANTÁSTICO. Guerra entre Israel e Hamas completa 100*

*dias.* Rio de Janeiro: Rede Globo, 14 jan. 2024. [Programa de televisão].)

Quando a cobertura situa o início da guerra no sequestro de israelenses, o que se produz é uma reescrita da história: a violência deixa de ter um passado, a ocupação desaparece, e o sofrimento palestino é deslocado para fora da narrativa. Essa estrutura discursiva reorganiza o tempo — o conflito parece nascer do nada, como se nada tivesse acontecido nos setenta e seis anos anteriores. É o gesto inaugural de todo discurso colonial: criar o marco zero que apaga a própria colonização.

A gramática utilizada segue uma lógica de assimetria constante. De um lado, nomes, agentes e moralidade; do outro, números e abstração. Israelenses são apresentados como vítimas identificáveis — têm rosto, voz, luto. Palestinos são convertidos em estatísticas: “mortos no conflito”. Não há sujeito, não há verbo de ação, não há culpa. Essa ausência é o modo mais eficiente de produzir a inocência do poder.

O resultado é uma linguagem que naturaliza a morte e moraliza a resistência. O ataque israelense torna-se resposta, o bombardeio é operação, e o genocídio se dilui em expressões como “confrontos” ou “guerra”. É uma sintaxe que mascara a hierarquia da violência: o Estado, ao matar, é racional; o oprimido, ao reagir, é terrorista. Assim, o discurso jornalístico não apenas informa — ele delimita o campo do humano, definindo quem pode ter a morte como chocante e lamentada e quem apenas tem a morte contada.

A ausência de referências às crianças mortas — mais da metade das vítimas naquele momento — é o ponto extremo dessa desumanização. O silêncio não é descuido, mas efeito de uma estrutura discursiva que exclui o palestino do espaço da empatia. O jornalismo não nomeia essas vidas porque elas não cabem no regime de visibilidade que sustenta a narrativa ocidental do conflito.

Giorgio Agamben (2004) amplia a análise ao mostrar que a exclusão simbólica promovida pelo discurso encontra eco em estruturas concretas de soberania. Em *Estado de exceção*, ele argumenta que o poder moderno frequentemente opera suspendendo a lei para determinados grupos, definindo quem é digno de proteção e quem pode ser exposto à violência sem escândalo. No contexto midiático, essa lógica se manifesta quando narrativas naturalizam a morte ou a vulnerabilidade de determinados atores — no caso, os palestinos — enquanto conferem legitimidade e humanidade plena a outros — como os israelenses. A

repetição de estereótipos orientalistas, a seleção de fontes privilegiadas e a escolha de termos específicos não apenas moldam percepções, mas funcionam como ferramentas que reforçam e institucionalizam relações de poder assimétricas, tornando certas vidas mais protegidas e outras passíveis de eliminação simbólica ou real. Nesse sentido, o aparato jornalístico não é neutro; ele integra e reforça um dispositivo político que articula discurso, soberania e violência, mostrando que os efeitos da desumanização vão além da representação, alcançando dimensões jurídicas, institucionais e materiais da vida e da morte.

Essa lógica de exceção se materializa no campo político e midiático quando a violência israelense é narrada como legítima ou inevitável, enquanto a vida palestina é sistematicamente desvalorizada. O discurso favorável a Israel atua, nesse sentido, como força política concreta, permitindo que crimes de guerra e violações de direitos humanos ocorram sem retaliação proporcional. Sob a ótica foucaultiana, tais práticas discursivas consolidam regimes de verdade que definem o que é aceitável e o que permanece invisível ou contestável (FOUCAULT, 2008, p. 146). Said (2007) lembra que a representação orientalista do “outro” legitima a marginalização e naturaliza a desumanização, criando categorias de indivíduos cuja vida é menos protegida ou valorizada. Com isso, a relação entre o número de mortes, o trânsito de combustível e suprimentos é mediada por uma linguagem especializada, com cálculos algorítmicos e uma ciência racional que são emoldurados em um discurso de guerra humanitária. (PUAR, 2021)

Agamben evidencia, então, que essa produção discursiva não é simbólica apenas: ela integra um dispositivo de soberania que decide, de maneira estrutural, quais vidas merecem proteção e quais podem ser expostas à morte sem provocar escândalo, fazendo do discurso um instrumento que materializa a desigualdade e a exclusão em termos reais, letais e políticos (AGAMBEN, 2004).

Em *A Ordem do Discurso* (1996), Foucault aponta que todo discurso está submetido a procedimentos de controle, seleção e exclusão. Ele menciona, entre outros, a interdição, a oposição entre razão e loucura e a vontade de verdade (FOUCAULT, 1996, p. 9-18). Esses mecanismos podem ser identificados no campo jornalístico: a interdição se manifesta na ausência de certas vozes palestinas no noticiário; a oposição razão/loucura reaparece quando a resistência é narrada como irracionalidade bárbara; e a vontade de verdade está presente na forma como a objetividade jornalística é invocada para legitimar narrativas que são, na realidade, profundamente situadas e atravessadas por relações de poder.

Durante o programa *Jornal GloboNews Edição do Meio-Dia* (2024), da GloboNews, o comentarista André Lajst foi convidado a analisar os cem dias do conflito entre Israel e o Hamas.



Trecho do programa *Jornal GloboNews Edição do Meio-Dia* (GloboNews, 14 jan. 2024)

Outro aspecto revelador do modo como a Globo estrutura sua cobertura do conflito está na seleção sistemática das fontes que autoriza a falar. Entre os nomes mais recorrentes nos telejornais e programas de debate, figura André Lajst, apresentado frequentemente como “cientista político” ou “especialista em Oriente Médio” — designações que conferem uma aparência de neutralidade acadêmica, mas que, na prática, ocultam sua vinculação ideológica abertamente pró-Israel.

A presença constante de Lajst em espaços como a GloboNews e o G1 evidencia um processo de legitimação discursiva em que a verdade é construída a partir da posição social e política de quem fala, e não da pluralidade de perspectivas. Quando o mesmo comentarista é reiteradamente convocado para interpretar os acontecimentos, o conflito passa a ser narrado sob o prisma de uma racionalidade única: a do Estado israelense. O resultado é um discurso que não apenas informa, mas modela o campo do dizível, delimitando o que pode e o que não pode ser reconhecido como verdade.

A escolha de fontes não é neutra — é um ato de poder. A Globo, ao privilegiar vozes como a de Lajst e silenciar intelectuais, jornalistas e analistas palestinos ou críticos da ocupação, participa da manutenção de um regime de verdade colonial, no qual apenas o olhar ocidental e sionista é reconhecido como legítimo. Essa assimetria produz efeitos concretos: o público é exposto a uma narrativa em que o sofrimento palestino aparece sempre como consequência indireta, nunca como produto de uma estrutura de dominação.

No plano discursivo, a repetição dessas vozes cria o que Foucault chamaria de um “campo de veridicção” — um espaço no qual certas falas adquirem estatuto de verdade simplesmente por emanarem de sujeitos investidos de autoridade. A Globo, ao operar dentro desse campo, não apenas transmite informação, mas reafirma a hierarquia entre falas possíveis e falas interditas. O saber é administrado, filtrado, distribuído. E é justamente nesse processo de seleção — e exclusão — que o jornalismo se aproxima do poder que deveria interrogar.

Assim, ao abrir espaço quase exclusivo para comentaristas alinhados a Israel, o jornalismo hegemônico brasileiro deixa de mediar o conflito para se posicionar dentro dele — e o faz sempre do lado da força.



Fonte: GloboNews

Por fim, a análise crítica do arquivo permite compreender que a desumanização não é acidente, mas efeito estrutural de um regime discursivo que hierarquiza vidas, reproduz tradições orientalistas e opera sob a lógica do estado de exceção.

A forma como a Globo, em especial o G1 e a GloboNews, têm reproduzido as narrativas oficiais do Exército israelense evidencia um processo discursivo que ultrapassa a simples falta de apuração: trata-se de uma adesão estrutural ao regime de verdade imposto pelos aparatos de poder. Em vez de tensionar as falas militares — como seria função do jornalismo enquanto prática de mediação crítica —, a emissora limita-se a reproduzi-las, deslocando-se do papel de observadora para o de canal de reverberação do discurso estatal.

Quando Israel bombardeia um hospital em Gaza e a justificativa apresentada é a presença de uma célula do Hamas nas imediações, a Globo não apenas noticia, mas ratifica a versão, enunciando-a sem contestação, sem contraste de fontes, sem a mínima problematização ética. O discurso surge assim despido de contexto, sustentado apenas pelo peso institucional da voz militar. A escolha lexical — “segundo as Forças de Defesa de Israel” — opera como um mecanismo de legitimidade discursiva, convertendo a versão do agressor em relato neutro, factual, “jornalístico”.

Esse gesto, aparentemente técnico e impessoal, é profundamente político. Ao abdicar da investigação, o veículo se torna cúmplice da fabricação de uma verdade oficial que neutraliza o sofrimento palestino e naturaliza a violência. O genocídio é, então, deslocado do campo do intolerável para o da necessidade militar. Assim, a linguagem jornalística — ao evitar o juízo moral — torna-se instrumento de desumanização.

#### **4. DISCURSO, IMAGEM E O DISPOSITIVO DA VIOLÊNCIA**

Se, até aqui, o enfoque recaiu sobre as condições de emergência do discurso midiático e sua inscrição em tradições orientalistas e dispositivos de exceção, é necessário avançar para a análise de como tais práticas se materializam na relação entre linguagem e imagem. O jornalismo contemporâneo não opera apenas por meio da palavra, mas também pelo poder visual que confere inteligibilidade e afeto às narrativas. Nesse sentido, a contribuição de Susan Sontag (2003), em *Diante da dor dos outros*, é decisiva: as imagens de guerra não são documentos neutros, mas escolhas discursivas que moldam percepções coletivas do sofrimento, selecionando quais vidas merecem compaixão e quais são relegadas ao silêncio.

Para Sontag, olhar imagens de sofrimento não equivale a uma experiência ética imediata: é preciso considerar o contexto em que elas são vistas, quem as distribui e de que forma são legendadas. A fotografia pode chocar, mas também pode banalizar; pode mobilizar empatia, mas igualmente induzir ao cansaço diante da repetição. Nesse sentido, a circulação

incessante de imagens de guerra nos meios jornalísticos não produz necessariamente uma consciência crítica, mas muitas vezes uma anestesia, na qual a dor alheia é consumida como espetáculo distante. Assim, o poder da fotografia está menos no que ela mostra e mais no modo como se insere em um regime discursivo que define as condições do olhar.

As fotografias que destacam a destruição em Gaza, por exemplo, frequentemente aparecem acompanhadas de enunciados que deslocam a agência da violência, enfatizando a resposta israelense como legítima defesa. Inversamente, quando o noticiário mostra os corpos palestinos, esses registros tendem a ser enquadrados como efeitos colaterais inevitáveis, desprovidos de individualidade ou contexto. A imagem, assim, não se limita a ilustrar o discurso verbal, mas participa de um dispositivo que regula a visibilidade da dor. Como observa Sontag, “a forma como as fotografias são apresentadas, legendadas e repetidas molda o tipo de indignação ou indiferença que elas suscitam” (SONTAG, 2003, p. 22).

Daí decorre uma tensão fundamental identificada por Sontag: ao mesmo tempo em que as imagens tornam a violência inegável, elas não garantem que esse reconhecimento se traduza em ação ou solidariedade. Ver não é o mesmo que compreender, tampouco implica em responsabilização. No caso do conflito Israel-Palestina, a fotografia da destruição em Gaza pode provocar compaixão momentânea, mas quando inserida em uma narrativa jornalística que a classifica como consequência inevitável, o efeito tende a ser de resignação e normalização da violência. A imagem, portanto, não basta por si só; ela é constantemente reinscrita em discursos que orientam os afetos coletivos para a indiferença.

Essa articulação entre discurso e imagem insere-se na lógica foucaultiana do dispositivo: uma rede heterogênea de saberes, instituições e práticas que, em conjunto, produzem efeitos de poder. O dispositivo midiático, nesse caso, não apenas narra o conflito, mas também disciplina a sensibilidade coletiva, definindo quem pode ser reconhecido como vítima legítima. A morte palestina, repetidamente exibida em estatísticas ou imagens distantes, integra um regime de verdade que naturaliza a precariedade de certas vidas. Giorgio Agamben (2004) ilumina esse ponto ao afirmar que o estado de exceção não se restringe à lei, mas atravessa os modos de representação: a vida palestina aparece, no campo midiático, como homo sacer, vida matável e não sacrificável, cuja exposição ao extermínio não mobiliza a mesma indignação que a morte israelense.

Edward Said (2012) já havia demonstrado que essa assimetria de representação não é contingente, mas herdeira de um arquivo orientalista que associa o Oriente à barbárie e à ameaça. A cobertura brasileira do conflito atualiza esse legado ao inscrever o palestino no lugar da irracionalidade, enquanto Israel é projetado como ator moderno e racional, guardião da civilização ocidental. Assim, o jornalismo reforça uma economia política da visibilidade em que a compaixão é seletiva: a vida israelense é singularizada, nomeada e digna de luto; a palestina é estatística, massa indistinta e descartável.

Nesse sentido, a análise da desumanização não pode se limitar ao nível semântico do discurso. É preciso compreender como a articulação entre palavra e imagem opera como prática de governo das sensibilidades. O noticiário não apenas informa, mas educa a percepção coletiva sobre quais mortes devem ser sentidas e quais podem ser toleradas. Foucault (1996) já alertava que o discurso deve ser pensado como “violência que fazemos às coisas” (p. 55); aqui, essa violência ganha uma dimensão sensível: é também violência que se impõe aos corpos, ao torná-los visíveis ou invisíveis, próximos ou distantes, humanos ou desumanizados.

Dessa forma, o dispositivo midiático sobre Israel e Palestina não apenas registra um conflito, mas o reinscreve continuamente em categorias que justificam a desigualdade radical das vidas expostas. A genealogia, ao abrir o arquivo, revela que tais narrativas não são naturais nem inevitáveis, mas resultado de escolhas históricas e políticas que estruturam nossa percepção da violência. O desafio, portanto, não é apenas denunciar a parcialidade jornalística, mas compreender como o entrelaçamento entre discurso, imagem e poder consolida regimes de visibilidade que sustentam a desumanização e, em última instância, tornam certas mortes politicamente aceitáveis.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, vimos que a cobertura midiática brasileira não apenas reporta um conflito distante: ela participaativamente da fabricação de um cenário em que o genocídio do povo palestino aparece diluído, relativizado ou até mesmo legitimado. Ao reproduzir sem fricção o vocabulário estatal israelense — “defesa”, “retaliação”, “operações direcionadas” — o jornalismo local ajuda a estabilizar uma gramática que transforma a destruição sistemática de uma população em mero evento militar. Não se trata de um erro editorial pontual, mas de uma prática discursiva duradoura que impede que a violência colonial de Israel seja nomeada como tal, enquanto apresenta o sofrimento palestino como inevitável ou autoinfligido. É essa

operação que faz o genocídio parecer uma sequência de tragédias isoladas, e não um projeto político coerente.

Essa dinâmica exige que abandonemos qualquer ilusão de neutralidade. Porque, ao recusar chamar de genocídio o que assume a forma material do genocídio — mortes massivas, fome induzida, apagamento de infraestrutura civil, punições coletivas — a mídia reforça os mecanismos pelos quais a desumanização se torna aceitável. Ler esse processo com Foucault permite ver como o discurso não apenas descreve, mas prescreve o campo do sensível: decide quem merece solidariedade e quem será percebido apenas como ameaça. Israel, protegido por um regime global de imunidade moral, aparece como sujeito de razão e direito; os palestinos, como excedentes de uma geopolítica que já decidiu de antemão quais vidas têm valor. A cobertura midiática, ao invés de tensionar essa hierarquia, muitas vezes a consolida — participando de uma política de silenciamento tão violenta quanto as bombas.

Por isso, estas considerações finais não buscam conciliação. Buscam ruptura. Se o discurso é uma prática que impõe formas às coisas, como lembra Foucault, então desmontar as práticas que tornam o genocídio narrável sem escândalo é uma tarefa urgente.

A análise realizada aqui indica que a mídia brasileira, ao evitar a palavra “genocídio”, contribui para a normalização da morte palestina e para a invisibilização das estruturas coloniais que sustentam a violência israelense. Denunciar isso não é tomar partido — é recusar a lógica que transforma o extermínio em política de segurança. É afirmar que a pesquisa, quando realmente crítica, precisa escrever contra a anestesia discursiva que encobre massacres. E, sobretudo, é insistir que outras formas de ver, nomear e sentir a Palestina são necessárias para romper com a máquina narrativa que há décadas produz a morte como destino.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

BALDIN, Vitória Paschoal; RAMOS, Daniela Osvald. *Reflexões sobre as relações entre mídia noticiosa e conflito permanente entre palestinos e israelenses*. Comunicação & Informação, v. 26, p. 299-315, 2023.

ELEUTÉRIO, Thaís; PARREIRA, Raphael. *Nós versus Eles: a mídia como uma construção social e a estética da violência*. [s.l.: s.n.], [s.d.].

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

PUAR, Jasbir K. *O “direito” de mutilar: deficiência e biopolíticas de desumanização na Palestina*. [s.l.: s.n.], 2021.

RIBEIRO, Esther Medina. *O Oriente Médio e o Islã sob o viés da mídia*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação – Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. *A questão da Palestina*. Tradução Sonia Midori. São Paulo: UNESP, 2012.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Maura. *A influência da mídia hegemônica na construção negativa da identidade palestina*. [s.l.: s.n.], [s.d.].

TESHAINER, Marcus Cesar Ricci. *Desumanização e política: análise da política contemporânea a partir da aproximação de Agamben com a psicanálise*. [s.l.: s.n.], 2011.